

Resenha

Controvérsias da questão social: liberalismo e positivismo na causa abolicionista, no Brasil*

*Pedro Cezar Dutra Fonseca***

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

A Tese de Doutorado de Maria Thereza Rosa Ribeiro, defendida em 1999, só agora é disponibilizada ao público na forma de livro. A demora, todavia, compensará aos que ainda não a leram. Seu tema é o pensamento e o universo das representações das elites em uma conjuntura especial da história brasileira: a crise do trabalho e do regime monárquico, com a emergência de novos segmentos sociais (assalariados urbanos, burguesia industrial, “classes médias”) e de novas formas de percepções sobre a realidade do País, com a prolífica discussão sobre prováveis e/ou desejáveis caminhos para seu futuro. Mais precisamente, a tese enfoca a controvérsia entre Joaquim Nabuco, mas próximo do pensamento liberal-iluminista, e os positivistas. Avessa a simplificações, a autora assume, desde o início, que este último grupo compreende desde os seguidores de Pierre Laffitte, tidos como ortodoxos e que viam perfeita coerência ao longo da obra de Comte, até os seguidores de Émile Littré, os quais nunca aceitaram o caráter religioso que predominou em suas últimas obras, em especial a proposta de “religião da humanidade”.

A riqueza do debate em torno da questão da escravidão — gargalo e principal nó a ser desatado depois de quase quatro séculos — levou ao que Sílvio Romero denominou de “bando de idéias novas” (p. 43). Fica evidente

* Resenha da obra:

RIBEIRO, M. T. R. **Controvérsias da questão social: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2012. 159p.

** E-mail: pedro.fonseca@ufrgs.br

uma divisão das elites, desde os que interpretavam a abolição como uma violação do direito de propriedade e, portanto, se apoiavam no mais caro princípio do liberalismo clássico até os que, também com base nessa doutrina, negavam que a brutalidade do escravismo pudesse encontrar guarida seja em seus princípios, seja no Direito Romano. Nota-se, também, que tanto Nabuco como parte significativa dos positivistas alertavam que só a abolição não resolveria: era preciso criar meios para inserir os ex-escravos na sociedade, através da educação e, no limite, de uma reforma agrária. Simplificadamente, havia um grupo firmemente defensor do *status quo* e outro reformista (personificados, literariamente, com ironia na dose certa, por Machado de Assis em **Esau e Jacó**), antecipando similar divisão que se verificaria nas elites brasileiras, no século XX, em especial, após 1930. Ribeiro, todavia, mostra a complexidade e as nuances nas percepções e representações dos principais personagens, sempre evitando as polaridades que podem comover pelo didatismo, mas que esconderiam a diversidade do material pesquisado.

Não passa despercebida ao leitor diligente a recorrência da autora, com relativa frequência, aos chamados “intérpretes do Brasil”, para alicerçar suas análises. Destarte, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna são lembrados no decorrer da tese, bem como autores menos conhecidos, mas que contribuíram para o debate ou para sua interpretação, como Alberto Salles, Perdigão Malheiro e João Camilo de Torres. No turbilhão de ideias, surgiu a consciência do problema: o atraso do País e a escravidão como seu símbolo. Ultrapassou-se a visão otimista de Varnhagen, a qual via o Brasil como branco, monárquico e bragantino e atribuía seus problemas ao fato de ser “país jovem” — e que, um dia, seria como a Europa. O “atraso” do País foi trabalhado por seus diversos “intérpretes” a partir de então, e, de cada diagnóstico, brotou um conjunto de proposições para o futuro. Nota-se, então, a gênese da metáfora do “país do futuro”, que o positivismo associou ao progresso e ao caráter evolutivo da sociedade humana. Mais tarde, nas mãos de Celso Furtado e do estruturalismo cepalino, o atraso foi teorizado como subdesenvolvimento. Todavia, já antes da década de 30 do século XX, como mostra a documentação da autora, percebem-se as primeiras manifestações do que seria o futuro pensamento desenvolvimentista brasileiro, evidentemente ainda nos primeiros momentos de sua gestação. O importante desse momento é o **nascer da consciência de que o País precisava passar por mudanças**. Discutiu-se, junto com o fim da escravidão, a conveniência ou não da monarquia, do federalismo, do parlamentarismo, do Senado vitalício, do Exército, da relação entre Igreja e Estado, do alcance do voto. **A pauta dos**

debates consistia em o que, como, quanto e para que mudar — o que não é pouca coisa para o pesquisador, e, por isso, a tese, acertadamente, focaliza a escravidão, para, através dela como objeto, reconstituir as representações da época.

Cabe, finalmente, ressaltar a riqueza do material pesquisado, a qual imprime maior envergadura acadêmica ao trabalho. Além dos autores já mencionados, Maria Thereza apoiou-se na leitura de praticamente todas as fontes primárias de Nabuco — livros, artigos, manifestos, cartas e conferências —, além de outras referentes aos positivistas e, ademais, às obras já escritas sobre o tema. Trata-se, portanto, de trabalho de fôlego, conquanto nem sempre didático, pois, muitas vezes, supõe o conhecimento do leitor sobre a literatura pregressa com quem dialoga. Por sua qualidade, torna-se consulta obrigatória a todos que se interessam pelo estudo das ideias sociais e políticas do Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX. A única crítica que não pode deixar de ser registrada refere-se ao fato do grande tempo decorrido entre a defesa da tese e sua publicação.

